

SEPARATA

**O FEMININO NOS ARQUIVOS:
*abordagens e problematizações***



Design e paginação - Anabela Cabral ©

Imagem - Arquivo Teófilo Braga | BPARPD

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

2021

COLÓQUIO O FEMININO NOS ARQUIVOS

Ponta Delgada, 16 -18 de novembro de 2020

COMISSÃO CIENTÍFICA

Irene Vaquinhas (FLUC/CHSC)

Marta Lobo Araújo (Universidade do Minho/ Lab2PT)

Maria de Lurdes Rosa (IEM –Universidade Nova de Lisboa)

Sandra Leandro (Universidade de Évora; IHA, FCSH, UNL)

Susana Serpa Silva (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Margarida Vaz do Rego (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Margarida Sá Nogueira Lalandia (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Rute Gregório (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Isabel Soares de Albergaria (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cristina Moscatel (CHAM-A; BPARPD)

Joana M. Couto (BPARPD)

Sónia Sousa Freitas (BPARPD)

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Conferência de Abertura - Pensar percursos femininos através dos arquivos das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna, Professora Doutora Marta Lobo Araújo (UMinho/Lab2PT);

Painel 1: Escrita íntima: o diário da Condessa de Sabugosa e de Murça (1856-1952), Pedro Urbano (IHC-NOVA FCSH);

- *Correspondence in private and domestic archives in Italy. The case of the letters between Isabella de 'Medici and Paolo Giordano Orsini*, Gilda Nicolai (University of Tuscia);

- *A correspondência da primeira dama de Portugal que nunca chegou a exercer funções: Maria do Carmo Braga (1841-1911)*, Joana Couto (BPARPD, FCSH/UAc e CHAM-A/UAc);

Painel 2: Agency feminina em los documentos de las instancias de justicia del mundo português durante los siglos XVI y XVII: una propuesta para la historia de las mujeres en el periodo moderno, Mariana Meneses (FCSH-UNL);

- *O depósito de mulher casada: legislação e processos judiciais da comarca de Coimbra (séc XIX-XX)*, Rita Paiva Costa (Centro de História da Sociedade e da Cultura/UC);

- *Queixosas e arguidas - As mulheres nos processos crime dos arquivos judiciais das comarcas da ilha de S. Miguel, Açores (séc. XIX)*, Susana Serpa Silva (CHAM-FCSH/UNL-UAc);

Painel 3: De Maria dos Prazeres à Maria de Jesus: as facetas da mulher e da freira reveladas no arquivo de família da Casa de Mateus, Wilson Ricardo Mingorance (FCSH/UNL);

- *Las mujeres de la familia Ara en la documentación del siglo XVI en el norte de Tenerife*, José António González Marrero (Instituto de Estudios Medievales y Renacentistas (IEMYR-ULL);

- *Arquivos e práticas arquivísticas femininas. Portugal, séculos XV-XVI*, Alice Borges Gago (IEM – FCSH/UNL);

- *Arquivar o anarquístico: o arquivo (do) feminino em duas perspectivas*, Gabriela Sá;

Painel 4: Escrituras e escritoras: duas vertentes da presença feminina em documentação de arquivo do século XVII, Margarida Sá Nogueira Lalandia (Universidade dos Açores; CHAM/UNL-UAc; CHAM-A/UAc);

- *Potencialidades das fontes notariais para o estudo das mulheres: o caso de Vila do Conde na segunda metade do século*

XVI, Amélia Polónia (DHEPI / FLUP, CITCEM / FLUP) e Maria João Oliveira Silva (CITCEM / FLUP);

Painel 5: "Para que todos tenham vida": um vislumbre do Arquivo do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração da Maria em Portugal, Anabela Costa e Maria Alice Lopes Santos (Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Província Portuguesa);

- *História e memória de uma congregação religiosa feminina: o Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima*, Rita Mendonça Leite (UCP-CEHR; CH-ULisboa) e Cátia Tuna (UCP-CEHR);

- *"O que se contém nestes breves capítulos, está justificado com papéis antigos, verdadeiros e autênticos tirados do nosso cartório [...]"*: Os livros de fundação dos conventos, testemunho do "ofício" de religiosas cartorárias, Fernanda Maria Guedes Campos (CHAM NOVA FCSH/UAç; UCP CEHR);

- *Os arquivos das casas religiosas femininas como "fonte" para a História das Mulheres: o tombo do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Giulia Rossi Vairo (IEM, NOVA/FCSH e CIEBA, FBAUL);

- *Os Arquivos Musicais dos conventos da ilha de S. Miguel: as freiras como intérpretes e copistas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX*, Isabel Albergaria Sousa (CESEM – NOVA/FCSH);

Painel 6: The feminine presence in a music and drama festival of the Belle Époque: what archives reveal that is missing from public documentation, David Cranmer (CESEM, NOVA-FCSH);

- *O Arquivo de uma Cantora e Divulgadora musical portuguesa: o caso de Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reis*, Alejandro Reyes Lucero (CESEM - NOVA/FCSH);

- *Repensar o corpo como arquivo da figura feminina na dança. Uma leitura a partir de Isadora Duncan*, Inês Zinho Pinheiro (Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa);

Painel 7: Sob o olhar da Micro-História: o papel da professora primária na história da saúde pública em Paredes de Coura, durante o Estado Novo, Maria José Fonte Carranca;

- *Restaurando histórias de professoras, jornalistas e escritoras feministas do Rio Grande do Sul/Brasil (1889-1930)*, Clarisse Ismério (URCAMP/ PUCRS) e Edla Eggert (PUCRS);

- *Materiais pedagógicos e biográficos dos arquivos Histórico Militar e do Instituto de Odivelas*, Ana Costa Lopes (CCEP-CEP-Universidade Católica Portuguesa);

- *Evelina de Sousa: pedagoga e defensora dos direitos da mulher*, Isolina Medeiros (UAç);

Painel 8: Representações da gravidez e do parto na imprensa feminina portuguesa: o caso da revista Modas & Bordados entre 1960 e 1977, Dulce Morgado Neves (Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia);

- *O sufrágio feminino nos Açores- perspectivas da (e na) imprensa regional*, Bruna Travassos Valério (CHAM - NOVA/UAç);

- *As mulheres nacionalistas e as eleições presidenciais de 1949*, Sílvia Espírito Santo (Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Território/Universidade do Minho);

- *A presença feminina em dois arquivos quase inexplorados: os romances em português e espanhol publicados na França no século XIX*, Paulo Motta Oliveira (USP/CNPq);

Painel 9: Beatriz Pinheiro, feminista, republicana, escritora. (Viseu, 1871-Lisboa, 1922), Anabela Silveira (IHC-FCSH/UNL).

- *Diário de guerra: Testemunho na trajetória da jornalista Yvonne Jean da Fonseca (1940)*, Beatriz Pereira da Silva (CFH/UFSC).

- *Uma Mulher Quinhentista em face do(s) Arquivo(s): D. Isabel de Bragança e a construção de uma biografia*, Andreia Fontenete Louro (CHAM / NOVA FCSH);

Painel 10: La reconstrucción del trabajo femenino en el Sur de Tenerife a través de los contratos de aparcería de tomates de la Cámara Agraria de Adeje, Mercedes Chinea-Oliva (ULL);

- *Mancebas. Toleradas. Meretrizes (nas franjas do esquecimento)*, Graça Alves (DRC – Madeira);

- *Os processos trabalhistas como fonte para a história das mulheres*, Marcela Heráclio Bezerra (Universidade de Coimbra – UC (Portugal)/ Instituto Federal de Pernambuco – IFPE (Brasil));

- *Mulheres fotógrafas amadoras no Portugal de oitocentos*. Marianna Relvas, phot. amateur, Susana Lourenço Marques (IHA/NOVA FCSH);

Conferência de Encerramento - Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes, questões, métodos (séculos XIX e XX), Professora Doutora Irene Vaquinhas (FLUC/CHSC).

VÍDEOS DAS COMUNICAÇÕES

Video de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=KcGv6So-Ycg>



Conferência de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=T-4EUL7UymA>



Painel 1 - Correspondência e Diários:

https://www.youtube.com/watch?v=_B3kYnTRxlG



Painel 2 - Justiça e Criminalidade:

<https://www.youtube.com/watch?v=hhXP5fi2DGk>



Painel 3 - Arquivos de Família e Arquivística:

<https://www.youtube.com/watch?v=uFpZlMwBDFU>



Painel 4 - Fontes Notariais:

<https://www.youtube.com/watch?v=RI-lc-WbGho>



Painel 5 - Instituições Religiosas:

https://www.youtube.com/watch?v=XIL_SoFAA6c



Painel 6 - Artes Performativas:

<https://www.youtube.com/watch?v=1fsdzAxlr8c>



Painel 7 - Educação e Professorado:

<https://www.youtube.com/watch?v=7gGQm0ypk-A>



Painel 8 - Imprensa e Periódicos:

<https://www.youtube.com/watch?v=UKieRtCz4Qg>



Painel 9 - Personalidades:

<https://www.youtube.com/watch?v=2XeQDY609AM>



Painel 10 - Trabalho Feminino:

<https://www.youtube.com/watch?v=0OdUzoP8mIg>



Conferência de Encerramento:

<https://www.youtube.com/watch?v=f1GxWyBz8UM>





Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Título

O Feminino nos Arquivos: abordagens e problematizações

Edição

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada | 2021

Coordenação Editorial

Cristina Moscatel, Sónia Sousa Freitas, Joana M. Couto

Design gráfico e paginação

Anabela Cabral

Impressão

Gráfica Açoriana.

Exemplares

550

ISBN

978-972-647-389-3

Depósito Legal

484115/21

O FEMININO NOS ARQUIVOS: abordagens e problematizações

SEPARATA

Parcerias do colóquio:



Edição:



Ponta Delgada
2021

**Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes,
questões e metodologias (séculos XIX e XX)¹**

Irene Vaquinhas²

Introdução

Nos dias de hoje assiste-se, em todo o mundo, a reivindicações que exigem uma maior presença feminina nas várias áreas de atividade, muito em particular do universo cultural, reclamando-se a sua visibilidade, o reconhecimento do seu empenho e produção, do seu passado, da sua intervenção social e cívica. Trata-se de um processo que se incrementou a partir da segunda metade do século XX e que tem acompanhado o desenvolvimento dos estudos de história das mulheres e de história do género, os quais alcançam, na atualidade, grande projeção, estando, com frequência, associados a marcadores identitários como classe, raça, etnia ou idade.

Esta área de estudos constitui, nos dias de hoje, um dos campos mais dinâmicos da investigação histórica à escala mundial, sendo apoiado cientificamente por um corpo teórico em permanente renovação, de referência feminista³, identitária⁴, psicanalítica ou outra⁵, e que se corporiza numa produção científica notável, bem manifesta na explosão editorial a que assistimos e que é, dado o volumoso acervo, difícil de acompanhar.



¹ Muito agradeço à Sra. Dra. Cristina Moscatel, Chefe de Divisão do Arquivo e Biblioteca Pública Regional de Ponta Delgada, bem como à Universidade dos Açores, ao CHAM, ao IEM e ao Instituto Cultural de Ponta Delgada o honroso e gentil convite que me foi feito para proferir a conferência de encerramento do Colóquio “O feminino nos Arquivos”.

² Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Centro de História da Sociedade e da Cultura
irenemcv@fl.uc.pt

³ Nancy Piedra Guillén, “Feminismo y posmodernidad: Luce Irigaray y el feminismo de la diferencia”, *Revista PRAXIS*, (57), 111-128; <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/praxis/article/view/4388> (consulta: 01-04-2021).

⁴ Graig Calhoun, “Social theory and the politics of identity”, In: Graig Calhoun (editor), *Social theory and the politics of identity*, Oxford, Wiley-Blackwell, 1994, p. 9-36.

⁵ Luce Irigaray, “La transcendance de l’autre”, In: *Autour de l’idolâtrie. Figures actuelles de pouvoir et de domination* [en ligne]. Bruxelles : Presses de l’Université Saint-Louis, 2003 (généré le 01 avril 2021), pp. 43-54; Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/pusl/21214>>. ISBN : 9782802803461. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.pusl.21214>; Luce Irigaray and Noah Guynn, “The question of the other”, *Yale French Studies*, n^o 87, p. 7-19; <https://doi.org/10.2307/2930321>; <https://www.jstor.org/stable/2930321>

Enquadra-se nesse processo a questionação das convenções sociais arbitrariamente construídas com base nas diferenças de género, a qual não deixou imune os arquivos, as bibliotecas, os museus e outras instituições similares. No caso das primeiras instituições mencionadas - os arquivos - a sua conceção tradicional como “santuários da verdade que conservam uma memória pretensamente imparcial e objetiva”, como refere a professora da Universidade Autónoma de Barcelona, Remei Perpinyà Morera⁶, tem sido, nos últimos tempos, questionada, sendo muitos os autores a denunciarem a ausência da dimensão de género nessas instituições, sobretudo nos arquivos oficiais.

Apesar de terem o compromisso social de guardarem uma memória plural, poucos são aqueles que, através dos seus fundos, dão visibilidade ao contributo social feminino como “construtor do passado”, perpetuando, sobretudo, uma perspetiva androcêntrica. É possível contrariar esse *status quo*, esclarecem os especialistas da área arquivística – o que eu não sou – repensando-se o modo e o como a documentação deve ser arquivada, em termos de igualdade, de diversidade e de inclusão. Sugerem, por conseguinte, modificações na política de ingresso de fundos documentais, integrando-se a perspetiva de género, pela via de uma política ativa de incorporação de legados femininos, de modo a que as mulheres também possam participar na construção da memória. Só assim – assinalam os especialistas da área – se poderá lutar contra o esquecimento e alcançar uma arquivística mais social e democrática.

A nível nacional, o levantamento arquivístico dos fundos documentais, sob o ponto de vista do género, está ainda por fazer. A título exemplificativo procedi a uma pesquisa sumária em dois arquivos de Coimbra: o Arquivo da Universidade de Coimbra e o Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril⁷. A partir dos inventários cadastrais indicados nos respetivos sites⁸, foi possível concluir pela presença modesta de fundos femininos⁹. No caso do primeiro, de entre os 23 arquivos classificados como privados (e que englobam arquivos pessoais ou de instituições) apenas 2 (8,7%) são de proveniência feminina¹⁰. Um destes arquivos privados é constituído por

documentação relativa a uma antiga estudante universitária dos Anos 1920 e integra apontamentos de disciplinas, cadernos, esquemas de aulas e fichas sobre autores estudados, constituindo um núcleo importante para a reconstituição de trajetórias estudiantis, conteúdos académicos, modelos de ensino e, naturalmente, para a relação entre ciência e género.

No caso do Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, apenas existem três fundos documentais entregues por doadoras: um privado (de Aida Ferreira/Ciasc), de um total de sete (14,3%)¹¹; um iconográfico (de Conceição Newparth) de um total de seis (16,7%) e o arquivo pessoal de Maria de Lourdes Pintasilgo doado pela Fundação Cuidar o Futuro, estando todos dotados de estrutura arquivística organizada.

A sub-representatividade indicada não deve ser muito diferente no resto do país¹², senão mesmo a nível internacional, não obstante se detetar, em numerosas instituições, tanto em Portugal como no estrangeiro, um esforço no sentido de mudança, sobretudo pela formulação de propostas que visam recuperar a memória feminina, a exemplo de centros de arquivos do feminismo¹³.

Aliás, a reconstituição da memória (passada e presente) constitui um desafio político e historiográfico das associações feministas em todo o mundo, investindo-se na sua preservação através da recolha de testemunhos de diferente tipologia (histórias de vida, manuscritos, agendas, correspondência, programas, brochuras, comunicados, entrevistas...), entre outros fundos documentais, assim como na criação de arquivos e de centros de documentação, entre outros¹⁴. Como afirma a historiadora Anne Cova, “Os feminismos precisam de uma memória histórica”¹⁵, o que ajuda a compreender o investimento que tem sido feito nesse campo por parte desse tipo de associação¹⁶. Preservar o património documental dos movimentos de

(coordenador), *Guia dos fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2015, p. 719-720; 732-733; https://www.uc.pt/auc/fundos/2015_GuiaFundos

¹¹ <http://213.228.181.135/cd25a/lista01.asp?meta21=Arquivos%20Privados> (consulta: 18-10-2020).

¹² Para outros casos de arquivos privados femininos ou de coleções femininas depositadas em arquivos públicos (nacionais ou municipais), veja-se, entre outros, Arquivo Albano Duque e Cristina Torres na Biblioteca e Arquivo Municipal da Figueira da Foz; Coleção Emília de Sousa Costa no Arquivo e Biblioteca Municipal de Chaves. A nível internacional, assinala-se o caso do Arquivo Nacional do Chile: Emma Ramón Acevedo et alii, “La creación del Archivo Mujeres y Géneros en el Archivo Nacional de Chile”, *La memoria feminista: mujeres en la historia, historia de mujeres, Patrimonio em feminino*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016, pp. 55-63; https://www.genero.patrimoniocultural.gob.cl/651/articulos-64615_archivo_01.pdf

¹³ M. A. Codina-Canet; R. Manuel San Segundo (2016), *Propuesta de un Centro de Archivo del Feminismo tras el análisis de los fondos documentales del Movimiento Feminista*. *Revista Española de Documentación Científica*, 39 (1): 117. Doi: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2016.1.1245>; Marine Rouch, «Les féministes et leurs archives», Françoise Blum (dir.), *Le genre de l'archive. Constitution et transmission des mémoires militantes*, Paris, Codhos, 2017, pp. 73-83; <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01616971/document> (consulta: 20-10-2020).

¹⁴ Para o caso francês é de considerar, entre outros, o Centre d'Archives du Féminisme (CAF), instalado na biblioteca da Universidade Angers e criado pela Associação Archives du Féminisme (<https://bu.univ-angers.fr/zone/Patrimoine/centre-des-archives-du-feminisme>) (consulta: 20-10-2020).

¹⁵ In: Manuela Tavares, Maria José Magalhães; Teresa Sales (coord.), *Desocultando quotidianos de mulheres. Projeto memória e feminismos*. Lisboa, UMAR, 2014, p. 5.

¹⁶ Refira-se a título exemplificativo que, em Abril de 2020, foi apresentado pelo grupo Fils Feministes, em Barcelona, o projeto ARCHIVAS que tinha como objetivo criar um arquivo de vozes femininas, Remei Perpinyà

⁶ Remei Perpinyà i Morera, “El legado documental desde la perspectiva de género : igualdad, diversidad e inclusión”. *BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, núm. 44 (juny) 2020; <<http://bid.ub.edu/es/44/perpinya.htm>>. DOI: <https://dx.doi.org/10.1344/BiD2020.44.18> (consulta: 12-06-2020).

⁷ <http://www.cd25a.uc.pt> (consulta: 18-10-2020).

⁸ Para o caso do Arquivo da Universidade de Coimbra: https://www.uc.pt/auc/fundos/cadastro_fundos (consulta: 20-10-2020).

⁹ De um modo geral, os arquivos pessoais, são privados. Segundo Martine Vautier, o que salva este tipo de arquivo de destruição é o seu “valeur émotionnelle”, salientando a autora a importância do afeto e da emoção na sua preservação, a par de tradições familiares e de lembranças de infância, “Les archives personnelles, valeur, mémoire, émotions. Les archives d’une famille déracinée”, *Université d’Angers*, 2012-2013, p. 8; <http://dune.univ-angers.fr/fichiers/20125491/20152MHD5080/fichier/5080F.pdf>, (consulta: 03-11-2020).

¹⁰ Trata-se dos arquivos de Margarida Santos Coelho (PT/AUC/PFM/MSC) (relativo ao Colégio Alexandre Herculano, de Coimbra, de 1924 a 1979) e o de Elisa Augusta Vilares (PT/AUC/PFM/EAV), In: José Pedro Paiva

mulheres é entendido como uma forma de combate à exclusão e uma maneira de dar visibilidade à participação feminina.

Esse é o objetivo, entre outros, no caso português, do Projeto *Memória e Feminismos – Percursos de vida de mulheres no século XX em Portugal*, do Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, sediado em Lisboa, e direcionado, sobretudo, para a memória oral¹⁷. Esta unidade especializada de informação, a exemplo de tantos outros casos internacionais, constitui um centro híbrido, a meio caminho entre o ativismo político, um centro de investigação, um centro de documentação e um arquivo, dispondo de bases digitais sobre os feminismos e temas afins.

Convém recordar que as organizações feministas, tanto de primeira como de segunda vaga (a partir de 1974), foram muito ativas, em termos de intervencionismo social e cívico, produzindo significativo material arquivístico (escrito, iconográfico, áudio, fotográfico ou de outra tipologia), ou seja, um património documental quantitativo e qualitativamente relevante.

Situação similar é também a do Centro de Informação e Documentação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género que disponibiliza, além de uma biblioteca especializada em estudos sobre as mulheres e género, um arquivo histórico sobretudo com documentação relativa à Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida na cidade do México, no ano de 1975. Naturalmente que as informações que referencio não são exaustivas, bem pelo contrário. Convém, no entanto, associar a uma pesquisa que urge fazer, os arquivos de sindicatos ou de organizações sindicais, a exemplo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional¹⁸, de partidos políticos, de associações de mulheres, entre os quais os do Movimento Democrático de Mulheres¹⁹, fundado em 1968²⁰, no quadro da oposição ao Estado Novo, entre outros.

Que fontes para a história das mulheres e do género?

Embora os arquivos privados femininos sejam em número escasso, sobretudo os depositados nos arquivos estatais, distritais ou municipais, já as fontes para o

i Morera, *art. cit.*

¹⁷ Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, <https://www.cdofeminista.org> (consulta: 20-10-2020).

¹⁸ Esta organização disponibiliza no seu Centro de Arquivo e Documentação um arquivo de história oral, cujo fundo contabiliza um número significativo de entrevistas feitas a mulheres que foram dirigentes sindicais (25 de um total de 61); <http://cad.cgtp.pt/pt/apresentacao> (consulta: 01-04-2021).

¹⁹ <https://www.mdm.org.pt> (consulta: 03-11-2020).

²⁰ Em Portugal não existe nada semelhante ao Museo de Hechos y Derechos de las Mujeres, criado pela Universidade de Alicante (Espanha), no ano de 2014, que tem a missão de reunir e de expor documentos e materiais relacionados com a trajetória histórica de obtenção de direitos pelas mulheres (<https://conlaa.com/museo-de-hechos-derechos-de-las-mujeres/>) (consulta: 01-04-2021). Objetivos similares são também

estudo da história das mulheres e do género são múltiplas, sendo o seu número até inflacionado pelo carácter pluridisciplinar e internacional desta área de estudos, o que possibilita formas distintas de aceder ao conhecimento de experiências e de itinerários femininos.

Os tradicionais arquivos são ricos em registos escritos sobre as mulheres, sobretudo em formato papel, em núcleos documentais de tipologia diversa, desde as fontes paroquiais, às judiciais ou cíveis, incluindo toda uma tipologia diversa de documentação incorporada nos arquivos tendo, sobretudo, como origem o aparelho administrativo e judicial, entre outros. A questão não é a escassez de dados, os quais são múltiplos, mas sim o desinteresse historiográfico de que essa informação foi alvo pela historiografia oficial²¹, o que conduziu à invisibilidade das mulheres nos relatos do passado.

Uma das dificuldades que as fontes, de uma forma geral, sobre esta problemática colocam é, por um lado, a da sua fragmentação, ou seja, a sua dispersão por vários núcleos, nem sempre facilmente acessíveis, o que obriga o historiador a um imenso esforço de procura de indícios e a um permanente abrir e fechar caixas ou maços nos arquivos. Por outro lado, a estas dificuldades associa-se a sua descontextualização no âmbito do *maremagnum* das fontes arquivadas. Encontrar o rasto do protagonismo feminino na documentação disponível é, por vezes, um autêntico trabalho de detetive e de construção de puzzle.

As fontes caracterizam-se, por conseguinte, pelo “silêncio dos documentos”, como qualificam os historiadores, expressão que identifica a ausência das mulheres ou a sua ocultação parcial em comparação à representatividade masculina nos relatos oficiais. O facto de as mulheres terem sido, no passado, um grupo marginalizado e afastado do poder condicionou o seu ocultamento, bem como a ausência da dimensão sexuada dos fenómenos históricos. A história era entendida como uma ciência que se declinava no masculino, de acordo, aliás, com o paradigma positivista predominante nas ciências históricas. Só após a modificação dessa grelha interpretativa e da renovação de contactos disciplinares entre áreas científicas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, as perspetivas mudaram, implicando uma nova reinterpretação das tradicionais fontes documentais.

São muitos os casos que poderiam ser invocados sobre este tipo de situação e todos quantos pesquisam no campo da história das mulheres e do género o reconhecem.

os do Institute on gender equality and women’s history (ATRIA), sediado em Amsterdão (<https://institute-genderequality.org/library-archive/collection/>) (consulta: 02-04-2021).

²¹ Irene Vaquinhas, “História e Género”, *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo (1779-1974)*, 20 Junho 2020, http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_hist_genero.htm

Refiro apenas, a título exemplificativo e, no âmbito das estatísticas oficiais, os recenseamentos da população e fontes demográficas similares, pelo menos até aos anos 1940. Tomando como referência o caso português, a utilização de grelhas classificativas e de nomenclaturas homogêneas que incluem as mulheres no grupo “das pessoas de família sem ocupação lucrativa” implicam a sua subalternização no mercado de trabalho e nas atividades produtivas, invisibilizando a prestação feminina nas atividades laborais²². Neste caso, como em outros, impõe-se a hermenêutica do texto, ou seja, a desconstrução dos parâmetros políticos e ideológicos que lhes estão subjacentes.

As fontes escritas (textos, discursos, pastorais...) levantam amiúde problemas de interpretação, sendo um dos mais relevantes a sua mediação, em particular de textos de caráter normativo, redigidos por médicos, pedagogos, juristas, eclesiásticos, entre outros.

Como afirmam Roger Chartier e Pierre Bourdieu²³, grande parte dos documentos disponíveis incorporam “representações sociais” plasmadas pela desigualdade decorrente da dominação masculina e que conduzem à construção de uma ordem cultural modeladora do ser-se mulher. A recuperação das mulheres como sujeito histórico exige, por conseguinte, uma leitura crítica das fontes e obriga a questionar as condições da sua produção, as convenções e a “arquitetura do modo como essas representações foram construídas e impostas”²⁴. Dito de outra forma, as fontes historiográficas têm também uma história que se inscreve num determinado contexto e no quadro de avanço das técnicas e das práticas de registo, alterando-se os respetivos suportes (fotografias, cartazes, áudio...) que implicam mudanças nos parâmetros valorativos e que urge descodificar. Atente-se, a título exemplificativo, nos arquivos orais, durante muito tempo ostracizados senão mesmo minimizados, relativamente aos arquivos escritos. A reflexão epistemológica que é exigida em todos os domínios da disciplina histórica toma uma dimensão particular no caso da história das mulheres, pelas razões apontadas.

Já os testemunhos femininos, na primeira pessoa, são em escasso número, embora, nos nossos dias, e no quadro da importância prestada à “gente vulgar”, a correspondência ou os diários tenham assumido grande protagonismo. O entendimento do epistolário como uma importante fonte cultural tem feito emergir

grandes núcleos de correspondência feminina, com a particularidade de esta se situar nos limites da sinceridade e da espontaneidade. Pelo seu caráter pessoal e íntimo, a correspondência constitui um exercício de anamnese, revelador da personalidade, dos gostos, dos medos e das angústias, no fundo, da sensibilidade e da estrutura psicológica de quem a redige, características que estão também associadas à construção da esfera da individualidade e do privado, bem como do sentimento de intimidade no século de Oitocentos. Os registos de correspondência permitem, com frequência, reconstituir a evolução do vivido e, muito em particular, várias visões sobre a condição feminina – o papel das mulheres no seio da família, a maternidade, o lugar dos sentimentos - cenários que não são muito comuns em outro tipo de fontes²⁵.

Porém, apesar de todos os condicionalismos apontados, se considerarmos, como menciona Michelle Perrot, que “A biblioteca é a mãe da história das mulheres”²⁶, tendo em conta os grandes patrimónios bibliográficos nelas depositados²⁷, em particular nas bibliotecas nacionais ou com depósito legal, não é difícil imaginar os recursos disponíveis e os imensos repertórios de fontes que esse tipo de instituição guarda. A título exemplificativo refiro apenas as fontes periódicas, tanto a imprensa feminina, como feminista, bem como manuais – de higiene, médicos ou os conhecidos e divulgados manuais de civildade –, assim como os tratados de economia doméstica. A assinalar, neste campo, uma fonte que tem sido pouco utilizada na perspetiva de estudos de história das mulheres e do género: as dissertações magnas de medicina ou de direito (ou seja, as antigas teses de doutoramento) defendidas nas universidades ou nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa ou do Porto.

É também nas bibliotecas que encontramos uma fonte importante da fase “pré-histórica” dos estudos de género, ou seja, de períodos anteriores aos anos 1970, considerados por alguns autores os “anos zero” da sua emergência. Refiro-me, em concreto, a documentação relativa a biografias de mulheres notáveis ou ilustres. As origens desta corrente historiográfica são antigas, remontando à Antiguidade clássica, mais precisamente à galeria de mulheres virtuosas de Plutarco, sendo retomada, no século XIX, pela historiografia de cunho positivista.

A própria construção dos estados-nação em oitocentos imprimiu à narrativa

²² Cécile Dauphin et Danièle Pouban, “De l’amour et du mariage. Une correspondance familiale au XIXe siècle”, *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, 34, 2011, <https://doi.org/10.4000/clio.10277> (consulta: 02-04-2021); Marie-Claire Hooock-Demarle, “L’épistolaire ou la mutation d’un genre au début du XIXe siècle”, *Romantisme* n.º 90 (1995-4), pp. 39-49.

²⁶ Annick Tillier (coord.), “Des sources pour l’histoire des femmes. Guide”, Paris, Bibliothèque Nationale de France, 2004, 203 p., *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, n.º 21, 2005, p. 336, <https://doi.org/10.4000/clio.1501>

²⁷ Inclusive arquivos privados. É o caso, entre outros, dos arquivos de Maria Lamas e de Ana de Castro Osório na Biblioteca Nacional de Portugal, sediada em Lisboa. Sobre o assunto veja-se, entre outros, João Esteves, “A coleção Castro-Osório-Ana de Castro Osório (1872-1935)”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n.º 1, Abril-Out 1997, pp. 169-174; http://acpc.bnportugal.gov.pt/colecoes_autores/n12_osorio_castro_familia.html; http://acpc.bnportugal.gov.pt/espilios_autores/e28_lamas_maria.html

²² Virgínia do Rosário Baptista, *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, CIDM, 1999, pp. 15-36, em particular pp. 16-17.

²³ Roger Chartier, “Pierre Bourdieu e a história. Debate com José Sérgio Lee Lopes”. *Topoi*. Rio de Janeiro, março 2002, pp. 177-179; <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00139.pdf> (consulta: 02-04-2021).

²⁴ Leandro Antonio Tedeschi, “Representação”, *Dicionário Crítico de Género*, Ana Maria Colling e Leandro Tedeschi (org.), *Dourados*, Editora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD), 2015, p. 578.

histórica e à criação de panteões de “homens célebres” um papel importante na definição simbólica das identidades nacionais, a qual, por aproximação, beneficiou também as mulheres, consideradas “moralmente” superiores aos homens, permitindo demonstrar e/ou reivindicar o seu lugar na história, em particular, como rainhas²⁸ ou nos campos da cultura e da religião. Trata-se, no entanto, de uma reduzida elite feminina, pouco representativa da experiência coletiva das mulheres do seu tempo, cujos “talentos” são objeto de encomiásticos elogios.

Um exemplo representativo desta linha de produção histórica sobre o feminino pode ser ilustrado com pequenas biografias de mulheres que constam da obra *Portuguezes Illustres*, de M. Pinheiro Chagas²⁹, e, muito em particular, do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, continuado, após a sua morte, por Brito Aranha³⁰. Nos vinte e um tomos desta obra monumental, que se publicou entre 1858 e 1970, figuram cerca de cento e cinquenta mulheres, correspondendo mais de metade a personagens dos séculos XVIII e XIX. São referenciadas, sobretudo, pela produção literária, em especial, pela escrita de romances/novelas, de poesias/sonetos, de textos religiosos e vida de santos, mas também por traduções de obras estrangeiras³¹.

Finalmente, gostaria de mencionar a forma como a reinterpretação de fontes tradicionais, à luz de teorias políticas da atualidade, pode contribuir para renovar a história das mulheres, sobretudo no campo do protesto coletivo³². Refiro-me em concreto às petições coletivas com inclusão de assinaturas (denominadas representações na terminologia oitocentista), dirigidas ao poder executivo ou aos poderes municipais e distritais, que constituíram uma importante forma de atividade política, pelo menos durante o século XIX.

Se as integramos na definição de movimento político, na linha interpretativa de Charles Tilly e de Graig Calhoun³³, a participação de mulheres obriga a questionar os contornos da cidadania política feminina. Sendo esta geralmente definida pelo direito de voto, a mobilização feminina neste tipo de prática pressupunha o reconhecimento de um direito político atribuído às mulheres e a viabilidade

da sua intervenção nos assuntos públicos. Como refere Diego Palacio Cerezales, a possibilidade de as mulheres subscreverem petições apontava potencialmente para a sua “inclusão capacitária na cidadania plena”³⁴. São já conhecidas muitas das petições subscritas por mulheres e apresentadas na Câmara dos Senhores Deputados, desde os anos 1830 até ao final do século. Menos conhecidas, senão mesmo completamente desconhecidas, são todas as petições apresentadas às câmaras municipais ou aos governos civis, quantas vezes subscritas por “todos os vizinhos” deste ou daquele lugar, incluindo regateiras ou tantas outras reclamantes. Importa, pois, repensar a tradicional ausência de cidadania feminina à luz desta forma de também se fazer política.

Em conclusão

Se há expressão que identifique a trajetória da história das mulheres e do género nos últimos anos, esta poder-se-á resumir a três ideias-força: pluralidade, interdisciplinaridade e capacidade de expansão, tendo esta última vertente sido acompanhado por permanentes debates teóricos, concetuais e metodológicos. Definitivamente o “fim da história” anunciada por Francis Fukuyama não passou por aqui ou, pelo menos, ainda não chegou aqui³⁵.

Todos os estudos, de uma forma geral, tendem a mostrar o carácter histórico, social e culturalmente construído da diferença sexual nas várias épocas e sociedades, definindo-se e redefinindo-se permanentemente os conceitos de feminilidade e de masculinidade.

Esta visão positiva não pode fazer esquecer os territórios ainda pouco estudados, a começar por essa “desconhecida entre os desconhecidos”, ou seja, as mulheres rurais no nosso país, sobre as quais ainda tão pouco se sabe, situação que igualmente se aplica às mulheres do mar. Por vezes esquecemo-nos que o “mar também tem mulheres”. Importa avançar no seu conhecimento, seja as que trabalham na apanha da amêijoia ou do berbigão, seja na recolha do sargaço, seja como marisqueiras, salineiras, bem como armadoras de barcos de pesca, entre tantas outras atividades ligadas direta ou indiretamente ao mar ou à pesca. Convém também potenciar os estudos entre género e cultura política ou pensar a história do género na perspetiva dos dois sexos, masculino e feminino, e não apenas entender o vocábulo como sinónimo de mulheres, entre tantos outros assuntos a explorar.

²⁸ Veja-se, entre outros, Francisco Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal: estudo histórico com muitos documentos*, 2 vols., Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1878-1879.

²⁹ M. Pinheiro Chagas, *Portuguezes Illustres*, 2ª ed. rev., corr. e augm., Lisboa, Livraria de A. Ferin, 1873.

³⁰ *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Na imprensa Nacional (várias datas); *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez*, Lisboa, Na imprensa Nacional (1870-1921).

³¹ Sobre este assunto veja-se Irene Vaquinhas, *art. cit.*

³² Diego Palacio Cerezales, “Assinem, assinem, que a alma não tem sexo! Petição coletiva e cidadania feminina no Portugal constitucional (1820-1910)”, *Análise Social*, 205, XLVII (4.o), 2012, 740-765; http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_205_a01.pdf

³³ Charles Tilly, *Social Movements*, 1768-2004, Boulder, Paradigm Publishers, 2004; Graig Culhoun, “Further Reflections on the Public Sphere”, in: Craig Calhoun (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts / London, MIT, 1992.

³⁴ Diego Palacio Cerezales, *art. cit.*, p. 745.

³⁵ Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, 4ª ed., Lisboa, Gradiva, 2011.

O FEMININO NOS ARQUIVOS: *abordagens e problematizações*

A obra **Arquivos no Feminino: abordagens e problematizações** é o resultado das comunicações apresentadas no Colóquio *Arquivos no Feminino*, que decorreu em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, de 16 a 18 de novembro de 2020, organizado e promovido pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, em parceria com o CHAM – Açores (núcleo do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), o IEM (Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa) -, bem como com instituições culturais locais – ICPD (Instituto Cultural de Ponta Delgada) e HS (Associação Cultural Histórias Sábias).

Os artigos ora apresentados analisam e revelam o papel da Mulher, através das ausências e presenças do feminino nos mais diversos arquivos, de índole pública e privada, numa cronologia alargada que abrange os séculos XVI a XX. Por esse motivo, apresenta amplas abordagens temáticas e as análises possíveis, no intento de tocar a área cultural e artística, política e institucional, económica e social, bem como, e até, a sociológica e literária. O objetivo foi alcançado: realçar os arquivos femininos, mas igualmente o feminino nos arquivos.